

nº 0950976-3-01, do cargo TECNICO EM ATIVIDADES ADMINIS-  
TRATIVAS, lotado na SCC.

**JORGINHO MELLO**  
**Governador do Estado**

**VÂNIO BOING**  
**Secretário de Estado da Administração**  
Cod. Mat.: 1103896

ATO nº 1722 / 2025  
**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de  
suas atribuições, conforme processo n. SAP 79908/2025, resolve  
baixar os seguintes atos, no âmbito da PENITENCIÁRIA DE SÃO  
PEDRO DE ALCÂNTARA, da SEJURI:

\* **DISPENSAR**, de acordo com o art. 171, da Lei nº 6.745/85 e art.  
1º, inciso II, do Decreto nº 663/2024, RENATA APARECIDA DO  
NASCIMENTO PEREIRA, mat. 0963237-9-01, da função de chefia  
de COORDENADOR DE EXECUÇÃO PENAL.

\* **DESIGNAR**, de acordo com o art. 39, da Lei nº 6.745/85 e art.  
1º, inciso II, do Decreto nº 663/2024, CARLOS FABRÍCIO POR-  
TUGUÊS ALFARO, mat. 0963523-8-01, para exercer a função de  
chefia de COORDENADOR DE EXECUÇÃO PENAL.

ATO nº 1723 / 2025  
**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso  
de suas atribuições, conforme processo n. SAP 82706/2025, re-  
solve baixar os seguintes atos, no âmbito da SEJURI, a contar  
de 06/08/2025:

\* **DISPENSAR**, de acordo com o art. 171, da Lei n. 6.745/85, JO-  
SIANE DA SILVA, mat. 0656805-0-01, do cargo de ASSISTENTE  
DE GABINETE, nível FG-3.

\* **DESIGNAR**, de acordo com o art. 39, da Lei n. 6.745/85, ANA  
GISELE NASCIMENTO FAGUNDES, mat. 0633633-7-02, para  
exercer o cargo de ASSISTENTE DE GABINETE, nível FG-3.

ATO nº 1724 / 2025  
**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de  
suas atribuições, conforme processo n. SAP 93745/2025, resolve  
baixar os seguintes atos, no âmbito da SEJURI:

\* **DISPENSAR**, de acordo com o art. 171, da Lei n. 6.745/85, os  
servidores abaixo:  
-EVERTON LUIZ DE OLIVEIRA CARDOSO, mat. 0350525-1-01,  
do cargo de GERENTE DE MATERIAL BÉLICO, nível FG-2; e  
-KURT LEHRER JUNIOR, mat. 0963241-7-01, do cargo de GERENTE  
DE APERFEIÇOAMENTO E ENSINO À DISTÂNCIA, nível FG-2.

\* **DESIGNAR**, de acordo com o art. 39, da Lei nº 6.745/85, KURT  
LEHRER JUNIOR, mat. 0963241-7-01, para exercer o cargo de  
GERENTE DE MATERIAL BÉLICO, nível FG-2.

ATO nº 1725 / 2025  
**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de  
suas atribuições, conforme processo n. SAP 84379/2025, resolve  
baixar os seguintes atos, no âmbito do PRESÍDIO FEMININO RE-  
GIONAL DE ITAJAÍ, da SEJURI, a contar de 20/07/2025:

\* **DISPENSAR**, de acordo com o art. 171, da Lei nº 6.745/85 e  
art. 1º, inciso II, do Decreto nº 663/2024, MICHELI CARDOSO,  
mat. 0362434-0-02, da função de chefia de COORDENADOR DE  
ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL.

\* **DESIGNAR**, de acordo com o art. 39, da Lei nº 6.745/85 e art. 1º,  
inciso II, do Decreto nº 663/2024, MICHELE REBELLO DE MES-  
QUITA, mat. 0661710-7-01, DIRETOR, para responder, cumulati-  
vamente, pela função de chefia de COORDENADOR DE ENSINO  
E PROMOÇÃO SOCIAL.

ATO nº 1726 / 2025  
**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de  
suas atribuições, conforme processo n. SAP 93584/2025, resolve  
baixar os seguintes atos, no âmbito da SEJURI:

\* **DISPENSAR**, de acordo com o art. 171, da Lei n. 6.745/85,  
CLAUDIO LUIS MOURA PINHEIRO, mat. 0950976-3-01, do cargo  
de COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA,  
nível FG-2.

\* **DESIGNAR**, de acordo com o art. 39, da Lei n. 6.745/85, FREDE-  
RICO TADEU DA SILVA, mat. 0377497-0-01, para exercer o cargo  
de COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA,  
nível FG-2.

**JORGINHO MELLO**  
**Governador do Estado**

**VÂNIO BOING**  
**Secretário de Estado da Administração**  
Cod. Mat.: 1103925

## SECRETARIAS DE ESTADO

### ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA nº 994/2025  
**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**, no uso de  
suas atribuições previstas no art. 106, §2º, I, da Lei Complemen-  
tar nº 741/2019, e conforme processo FESPORTE nº 4257/2025,  
resolve DISPENSAR, a pedido, THIAGO LEUCZ ASTRIZI, ma-  
trícula nº 0638644-0-02, do cargo temporário de ANALISTA DE  
INFORMÁTICA, no âmbito da FESPORTE, a partir de 31/07/2025.

**VÂNIO BOING**  
**Secretário de Estado da Administração**  
Cod. Mat.: 1103580

### ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

PORTARIA Nº. 162, DE 05 DE AGOSTO DE 2025  
A Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família,  
no uso de suas atribuições, conforme estabelece a legislação, e  
de acordo com o que dispõem o art. 74, inciso V, da Constituição  
Estadual; art. 106, parágrafo 2, inciso I, da Lei Complementar nº  
741, de 12 de junho de 2019; o Decreto nº 1.860, de 13 de abril de  
2022; art. 2, inciso X e XII, da Lei nº 13.019, de 2014, com alteração  
dada pela Lei nº 13.204 de 2015; e ainda, conforme arts. 45, 46 e  
48, do Decreto Estadual nº 1.196 de 2017.

RESOLVE:  
Art. 1º DESIGNAR os conselheiros representantes dos Órgãos  
Governamentais, Maiara dos Santos Modolon, Henrique Fernandes  
Benz e Maria Eduarda Lopes, e as conselheiras representantes da  
Sociedade Civil, Tamiris da Silva, Caroline Brum Carvalho e Ana  
Paula Gomes Nunes para comporem a COMISSÃO DE SELE-  
ÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 para  
TERMO DE FOMENTO, o qual tem por objeto o apoio a execução  
de ações voltadas à prevenção, promoção, defesa e garantia dos  
direitos de crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina,  
nos termos do Processo SAS 758/2025.  
Art. 2º Fica REVOGADA a Portaria nº 64/2025, publicada em DOE/  
SC, Edição nº 22.996, de 22 de abril de 2025.  
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no  
Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, com efeitos retroativos  
a contar de 31 de julho de 2025..  
Florianópolis, 07 de agosto de 2025.  
ADELIANA DAL PONT  
Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família  
Cod. Mat.: 1103933

PORTARIA Nº. 163, DE 05 DE AGOSTO DE 2025  
A Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, no  
uso de suas atribuições, conforme estabelece a legislação, e de  
acordo com o que dispõem a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril  
de 2021, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o  
Decreto Estadual nº 733, de 24 de outubro de 2024.  
RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR as conselheiras representantes dos Órgãos  
Governamentais, Simone Cristina Vieira Machado, Fernanda Carla  
de Oliveira e Delamari de Oliveira Filho,  
e as conselheiras representantes da Sociedade Civil, Norma Suely  
de Souza Carvalho, Giselle Polidoro Rocha e Nívia Micheli Garcia  
Vieira, para comporem a COMISSÃO DE SELEÇÃO DO EDITAL  
DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025 para TERMO DE  
CONVÊNIO, o qual tem por objeto o apoio a execução de ações  
voltadas à prevenção, promoção, defesa e garantia dos direitos de  
crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina, nos termos  
do Processo SAS 759/2025.  
Art. 2º Fica REVOGADA a Portaria nº 65/2025, publicada em DOE/  
SC, Edição nº 22.996, de 22 de abril de 2025.  
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no  
Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, com efeitos retroativos  
a contar de 31 de julho de 2025.  
Florianópolis, 07 de agosto de 2025  
ADELIANA DAL PONT  
Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família  
Cod. Mat.: 1103932

**PORTARIA Nº. 164 , DE 05 DE AGOSTO DE 2025**  
Designa servidor para exercer a função de gestor e fiscal do Termo  
de Contrato nº 28/2025-SAS referente ao Processo SAS 2393/2025,  
no âmbito desta secretaria.  
A Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família de  
Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e,  
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os  
princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;  
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 117, da lei nº 14.133/21,

que determina o acompanhamento e fiscalização da execução  
dos contratos, por representante da Administração especialmente  
designado;  
CONSIDERANDO o disposto no artigo 140, Incisos I e II, da lei nº  
14.133/21, que trata do recebimento, pela Administração Pública,  
do objeto ou da prestação de serviços;  
CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 11/2019, da Secretaria  
de Estado da Administração, que Estabelece normas para a gestão  
e fiscalização de Contratos e Atas de Registro de Preços celebrados  
pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual com  
fornecedores de bens e/ou serviços para a Administração Pública  
CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar  
procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente  
e efetiva dos contratos administrativos;  
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos  
de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por  
este órgão público;

**RESOLVE:**  
**Art. 1º** Nomear como GESTORA DE CONTRATO, a servidora Ca-  
rolina Silva Rodrigues de Freitas, mat. 0657182-4-01, ocupante do  
cargo de Secretária de Conselho, e como FISCAL DE CONTRATO  
a servidora Juliana Terezinha Martins, mat. 0960633-5-01, ocupante  
do cargo de Técnica, cabendo a estes o acompanhamento e fisco-  
lização do contrato no que se refere a contratação de empresas  
especializadas em MATERIAIS GRÁFICOS e condições descritas  
no Pregão Eletrônico nº 90003/2024-COREN. (ROGER ANDRÉ  
BRAUN)– CNPJ: 29.253.577/0001-97).

**Art. 2º** Ao Gestor e Fiscal do Contrato, ora nomeados, garantida  
pela administração as condições para o desempenho do encargo,  
com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/21,  
cabará, no que for compatível com o contrato em execução, sem  
prejuízo das obrigações previstas na IN nº 11/2019, o disposto  
nesta portaria.

**Art. 3º** Compete ao Gestor:  
I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato  
e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com  
os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a  
Comissão Permanente de Licitações – CPL, para o fiel cumprimento  
do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
  - b) A forma de execução;
  - c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assis-  
tência técnica ou prestação de serviços;
  - d) O cronograma de serviços;
  - e) As obrigações da contratante e da contratada;
  - f) As condições de pagamento;
  - g) As atribuições da fiscalização;
  - h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.
- II – Quanto à prorrogação e vigência do Contrato/Ata iniciar, ins-  
truir, manifestar-se e submeter à autoridade maior, comunicando  
a necessidade da prorrogação ou da abertura de nova licitação,  
atentando especialmente para:

- a) No caso da prestação de serviços, 180 dias antes do vencimento  
do contrato;
- III – Iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior  
para decisão os seguintes atos e procedimentos:
- a) Prorrogação e suspensão de prazo;
- b) Alterações qualitativas e quantitativas;
- c) Reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;
- d) Processo administrativo sancionador;
- e) Recomendar a autoridade maior a abertura de processo licita-  
tório, quando for o caso;
- f) Quaisquer outros atos e procedimentos que impliquem na cele-  
bração de Termo Aditivo, Apostilamento ao Contrato ou qualquer  
outro registro.

IV – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para  
arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como:  
cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de exe-  
cução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive  
e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo  
de contratação da empresa;

V – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os  
seus itens, condições e preços;

VI – Acompanhar e administrar o contrato administrativo para o  
qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à  
contratada, todos os meios legais para o desempenho das ativi-  
dades contratadas;

VII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na  
execução do contrato e informar à autoridade competente, ocor-  
rências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou  
em relação a terceiros;

VIII – Notificar a contratada, quanto à ocorrência de qualquer fato  
que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando  
o respectivo documento ao processo de contratação da empresa  
ou profissional;

IX – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades  
à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de do-  
cumento instruído para esse fim;

X – Comunicar, formalmente, à autoridade competente, quando  
houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quan-